



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**Ismael de Figueredo Gadelha**

**A APROXIMAÇÃO DIPLOMÁTICA ENTRE ARGENTINA E  
BRASIL ATÉ A ASSINATURA DO TRATADO DE ASSUNÇÃO EM  
1990**

**JOÃO PESSOA  
2024**

**Ismael de Figueredo Gadelha**

**A APROXIMAÇÃO DIPLOMÁTICA ENTRE ARGENTINA E  
BRASIL ATÉ A ASSINATURA DO TRATADO DE ASSUNÇÃO EM  
1990**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção de aprovação no curso de  
Relações Internacionais, na  
Universidade Estadual da Paraíba.

Orientador (a) Prof. Filipe Reis Melo

João Pessoa

2024

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G124a Gadelha, Ismael de Figueredo.

A aproximação diplomática entre Argentina e Brasil até a assinatura do Tratado de Assunção em 1990 [manuscrito] / Ismael de Figueredo Gadelha. - 2024.  
25 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2024.

"Orientação : Prof. Dr. Filipe Reis Melo, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA".

"Coorientação: Prof. Dr. Filipe Reis Melo, Relações Internacionais".

1. Relações internacionais. 2. Diplomacia. 3. Rivalidade Brasil-Argentina. 4. Cooperação nuclear. I. Título

21. ed. CDD 327.81

ISMAEL DE FIGUEREDO GADELHA

A APROXIMAÇÃO DIPLOMÁTICA ENTRE ARGENTINA E BRASIL ATÉ A  
ASSINATURA DO TRATADO DE ASSUNÇÃO EM 1990

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Coordenação do Curso  
de Relações Internacionais da  
Universidade Estadual da Paraíba,  
como requisito parcial à obtenção do  
título de Bacharel em Relações  
Internacionais

Aprovada em: 22/11/2024.

Documento assinado eletronicamente por:

- José Francelino Galdino Neto (\*\*\*.913.924-\*\*), em 02/12/2024 12:24:00 com chave 749229c6b0c111efbbdf1a7cc27eb1f9.
- Marcionista Fernandes (\*\*\*.374.254-\*\*), em 02/12/2024 11:31:07 com chave 118f53fab0ba11ef8acc2618257239a1.
- Filipe Reis Melo (\*\*\*.607.604-\*\*), em 02/12/2024 11:28:49 com chave bf296664b0b911efb3e82618257239a1.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QrCode ao lado ou acesse [https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar\\_documento/](https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/) e informe os dados a seguir.

**Tipo de Documento:** Termo de Aprovação de Projeto Final

**Data da Emissão:** 09/12/2024

**Código de Autenticação:** 3b4ce0



## Sumario

1 Introdução .....	7
2 Retrospectiva histórica.....	9
3 Aproximação pelo setor nuclear .....	15
4 Conclusão .....	20
REFERÊNCIAS .....	21
Agradecimentos .....	24

# A APROXIMAÇÃO DIPLOMÁTICA ENTRE ARGENTINA E BRASIL ATÉ A ASSINATURA DO TRATADO DE ASSUNÇÃO EM 1990

*Ismael Gadelha*

## **Resumo**

Com base em uma perspectiva abrangente da história diplomática, o texto enfatiza a influência dos conflitos territoriais e disputas por hegemonia nas interações ao longo do século XX, resultando no distanciamento entre os anos 1970 e 1980. Por outro lado, a segunda parte do artigo examina a forma como a abordagem foi desenvolvida, utilizando instituições internacionais e iniciativas em conjunto, analisando teorias funcionais e neofuncionalistas para explicar essa mudança. Entre as principais conclusões, verifica-se que a história das relações diplomáticas entre a Argentina e o Brasil é marcada por momentos de afastamento e aproximação para atingir a institucionalização do Mercosul. A assinatura do Tratado de Assunção em 1990 foi um importante passo para a consolidação da integração regional, que reflete uma alteração da dinâmica diplomática e da percepção que os dois países têm um do outro. Esse evento não só consolidou uma nova fase de cooperação bilateral, como também ajudou a estabelecer um marco divisório para a política sul-americana.

**Palavras-Chave:** 1. Relações internacionais. 2. Diplomacia. 3. Rivalidade Brasil-Argentina. 4. Cooperação nuclear

## **Abstract**

Based on a comprehensive perspective of diplomatic history, the text emphasizes the influence of territorial conflicts and disputes over hegemony on interactions throughout the 20th century, resulting in the distancing between the 1970s and 1980s. On the other hand, the second part of the article examines how the approach was developed, using international institutions and joint initiatives, analyzing functional and neofunctionalist theories to explain this change. Among the main conclusions, it is clear that the history of diplomatic relations between Argentina and Brazil is marked by moments of distancing and rapprochement in order to achieve the institutionalization of Mercosur. The signing of the Treaty of Asunción in 1990 was an important step towards the consolidation of regional integration, which reflects a change in the diplomatic dynamics and the perception that the two countries have of each other. This event not only consolidated a new phase of bilateral cooperation, but also helped to establish a dividing line for South American politics.

**Keywords:** 1. International relations. 2. Diplomacy. 3. Brazil-Argentina rivalry. 4. Nuclear cooperation

## 1 Introdução

A rivalidade entre Argentina e Brasil tem sido o fator protagonista das tentativas de aproximações fracassadas, desde de suas constituições como nações soberanas até o século XIX, e a compreensão desse fenômeno requer a análise dos processos históricos pelos quais ambos passaram.

Os contatos iniciais foram repletos de desconfiança devido a diferenças administrativas e ideológicas, especialmente a política externa arrogante e expansionista do Império Brasileiro, que procurava liderança regional e disputas territoriais, e as suas fraquezas estruturais de recém-independente exacerbaram ainda mais a desconfiança (Cervo, 2005).

A herança da rivalidade do Brasil imperial permeou a relação Brasil e Argentina por séculos, criando percepções e interações antagônicas. Desde o século XIX, os conflitos sobre influência regional e territorialidades desencadeadas pela disputa da cisplatina e desacordos criados a partir da guerra do Paraguai, que estabeleceram um clima de desconfiança, dentre esses aspectos, destaca-se a disputas políticas de defesa e militarização, em que os países visam manter a soberania nacional e aumentar a influência em detrimento de seu vizinho (Cervo, 2002).

A rivalidade foi, em parte, motivada pelo temor criado pelos conflitos territoriais e pela falta de expectativa de cooperação. Apesar de todas as disputas históricas, em 1889, com a proclamação da república brasileira, a relação Brasil-Argentina encontrou caminhos diplomáticos de estabelecer cooperação, os dois países começaram a se relacionar financeiramente e procuraram uma ação conjunta em assuntos regionais (Cervo, 2002).

As relações entre os dois países estavam em relativa estabilidade até os golpes militares que se sucederam entre as duas nações nas décadas 1960 a 1970, que pela esfera do autoritarismo aguçou paradigmas como disputas por liderança no Cone Sul e desconfiança mútua, assim, contribuindo para que esse período, seja caracterizado por competição e distanciamento diplomático (Candeas, 2005).

A tensão diplomática atingiu seu auge quando os Estados começaram a investir em tecnologia nuclear, com o objetivo de independência global e a intenção de projetar poder regional. O reflexo das rivalidades históricas e a busca por liderança estratégica contribuíram para a sensação de insegurança no âmbito internacional, já que nenhum dos países havia assinado o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), isto gerou

preocupações de que ambos, gradativamente, chegassem ao resultado de uma corrida armamentista no sul americano (Guimarães, 2007).

Para alguns autores, a aproximação diplomática entre o Brasil e a Argentina é uma perspectiva histórica da interpretação do risco de corrida armamentista nos anos 1970. O progresso na área atômica projetava um "dilema de segurança", potencializado por ditaduras militares em ambos os Estados (Spector e Smith 1990, Resende Santos 2002, Kupchan 2010). Nos últimos anos do século XX, o progresso da relação Argentina-Brasil está relacionado ao progresso da tecnologia nuclear em ambos os países.

A procura por cooperação, sobretudo a partir da década de 1990, quando se percebe que a integração regional e a cooperação em áreas como o comércio e a segurança eram mais benéficas que a concorrência. Assim sendo, a rivalidade não apenas teve um impacto duradouro no relacionamento, mas também serviu como ponto de partida para uma mudança em direção a uma relação mais cooperativa e integrada.

O propósito deste estudo é compreender como o Brasil e a Argentina se aproximaram diplomáticas até a assinatura do Tratado de Assunção, em 1990, considerando sua história de rivalidade e desconfiança mútua. O propósito específico é examinar a evolução histórica das relações diplomáticas entre o Brasil e a Argentina, destacando os principais eventos políticos que afetaram a rivalidade e a cooperação.

Para compreensão da problematização, foi utilizada a teoria funcionalista e neo funcionalista das Relações Internacionais para explicar a mudança mútua da postura hostil, da rivalidade histórica, para a fase da interdependência mútua e cooperativa entre esses dois países.

A metodologia empregada para esta pesquisa se concentra na análise e estudo bibliográfico de artigos e obras acadêmicas relacionadas. Dessa forma, a natureza da pesquisa será básica, já que não haverá procedimentos experimentais ou práticos. O objetivo da pesquisa é exploratório, descritivo e conceitual, no qual serão analisados os aspectos sociais e políticos.

O objetivo do trabalho é examinar as complexas conexões diplomáticas entre o Brasil e a Argentina, divididas em duas partes. Na primeira parte, é apresentado um breve relato da história diplomática entre os dois países, focando nas principais circunstâncias que moldaram sua rivalidade, tais como disputas territoriais e a busca pela supremacia regional, que foram cruciais para as oscilações nas relações bilaterais. A segunda parte trata como se concretiza a aproximação diplomática entre Brasil e



Argentina através do Tratado de Assunção e a integração através do Mercosul, usando teorias funcionalistas e neofuncionalistas.

## 2 Retrospectiva histórica

A emancipação da Argentina em 1816 representou não só a ruptura com a Espanha, mas também com o sistema monárquico de poder. O republicanismo tornou-se parte da identidade no início da formação do Estado argentino. Enquanto isso, o Brasil permaneceu como um império depois da independência, o que gerava desconfiança e temor nas Províncias Unidas do Rio da Prata em relação à possibilidade de expansão territorial brasileira e tentativa de dominação, como era comum entre os impérios (Candeas, 2005).

Segundo Luís Cláudio Santos:

Curiosamente, durante o império brasileiro, a construção da identidade nacional brasileira fez-se, justamente, em oposição ao conceito de América que estava sendo propagado pelas repúblicas vizinhas. [...] Na metafórica ruptura entre a América e a Europa, o Brasil colocou-se ideologicamente ao lado das potências europeias (Santos, 2014, p. 63-64).

O Estado brasileiro de 1822 era um agente político que defendia os interesses do Império Português, o historiador Amado Luiz Cervo até prefere chamar esse período de Acordo entre os "Bragança de Portugal" e os "Bragança do Brasil". Somente após 1830 é que se estabelece uma política externa mais adequada ao Brasil (Cervo, 2009).

A política externa do Império do Brasil na América Latina enfrentou grandes dificuldades devido às grandes diferenças socioeconômicas entre o Brasil e seus vizinhos. Enquanto o Brasil mantinha uma estrutura política monárquica e era um dos poucos países da região que ainda tinha a escravidão como base econômica, muitos países latino-americanos já adotaram repúblicas e implementaram reformas que visavam modernizar suas economias e sociedades. Essas discrepâncias impediam alianças e diálogos coerentes, já que o Brasil era frequentemente visto como um "outro" com valores divergentes e interesses econômicos distintos (Cervo, 2010).

O gradativo receio da Argentina acerca do expansionismo do império Brasileiro se intensifica, como exemplifica, Floria e Belsuncecom (2004 p 112): “política internacional sigue siendo... de expansión territorial en América, conforme al esquema heredado de Portugal”, motivo de temor argentino, com aspirações anticoloniais e anti-europeus, unificou a luta das províncias contra a dominação brasileira, o que nutriu o sentimento de desconfiança e de rivalidade.

A área conhecida como província da cisplatina era crucial para o transporte de mercadorias devido à sua hidrografia privilegiada, o que contribuiu para a dominação do comércio internacional na época. Durante o período de domínio ibérica na América, houve uma rivalidade entre Espanha e Portugal. No entanto, em 1821, o império luso-brasileiro aproveitou a fragilidade da Espanha diante da invasão francesa liderada por Napoleón Bonaparte e convenceu a província de Montevideo de que a coroa portuguesa era a melhor opção de liderança (Sena, 2011).

A reivindicação deste território por Dom Pedro I, como uma herança do Império do Brasil, tornou a disputa entre Espanha e Portugal por Montevideu em território argentino e brasileiro. Sendo assim, o Reino Unido se destaca como mediador, devido aos seus interesses econômicos, pois temia que uma possível guerra prejudicasse seus planos comerciais na bacia platina. Então, com a proposta de resolver o impasse de forma justa e pacífica, evitando uma intervenção militar, propôs a independência do Uruguai, garantindo estabilidade e logrando uma solução diplomática entre os Estados. (Candeas, 2005).

O tratado de paz, amizade e comércio de 1828, tinha como uma das condições a renúncia do governador da província de Buenos Aires, Bernardino Rivadavia, devido ao seu caráter autoritário. Além disso, não era bem-vindo pelas províncias devido à sua postura de centralização do poder em Buenos Aires. Em 1829, foi eleito Juan Manuel Rosas, que preferia manter a organização das províncias em unidades independentes, reunidas num sistema simples de confederação, preservando a autonomia e a soberania de cada componente, limitando-se a assuntos de interesses comuns, como defesa, comércio exterior e política externa (Candeas, 2005).

A Independência do Uruguai, não foi de forma imediata, ainda existia participação administrava de ambos, entretanto, o Brasil recebia status diferenciados na zona comercial, o que foi recebida por Rosas como uma derrota, fomentando o sentimento de rivalidade, sua política externa foi pautada pelo isolamento, porém, procurou consolidar a economia de sua província com fluxos de mercadoria nos portos do litoral e recebeu também vários migrantes, diversificando a população urbana (Candeas, 2005).

A perspectiva do Império do Brasil acerca de Rosas era de ameaça, por receio de influenciar ideias republicanas em seu território e também não era interessante para os seus planos expansionistas. Estrategicamente, nos anos finais da década de 1840, a diplomacia brasileira intensificou suas relações nas regiões do Rio da Plata, o que fez,

gradativamente, se aproximar de Justo José Urquiza, então, governador da província de Entre Rios entre 1842 e 1852 (Doratioto, 2000).

Em 1851, Rosas estabelece uma aliança com o Ministro da Guerra do Uruguai, Manuel Oribe, com a idealização de unir as Províncias Unidas do Rio da Prata e o Uruguai num novo Estado, sendo desaproveitada pelo Império do Brasil, Inglaterra, França além dos unitários argentinos. O Brasil interveio militarmente com o apoio do exército liderado por Urquiza em 1852, operando estrategicamente do Rio Paraná, assim invadindo Buenos Aires e capturando Rosas que foi levado para Londres (Tamae, 2020).

Urquiza foi eleito presidente de Buenos Aires em 1853, promovendo a ideia de unificação política das províncias argentinas e estreitando os laços com o Brasil por meio do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação. Esse acordo buscava estabelecer uma relação mais profunda e amistosa entre os dois países. Contudo, essa aproximação foi breve, já que, em 1866, Urquiza perdeu para Mitre (1862-1868), resultando em um retorno à desconfiança entre a Argentina e o Brasil (Candeas, 2005).

Durante o século XIX, o Paraguai apresentou um notável desenvolvimento econômico, embora seguisse modelos políticos e econômicos distintos do capitalismo predominante na época. Sua autonomia gerava tensões com a Argentina, o Brasil e o Uruguai, agravadas por disputas territoriais e a questão da navegação livre no Rio da Prata, que estava sob controle paraguaio. Esses interesses comuns levaram os três países a formar a Tríplice Aliança em 1855, consolidando uma postura intervencionista e militar contra o Paraguai (Guazzelli, 2009).

A rivalidade entre a Argentina e o Brasil tem raízes em seus processos de formação e disputas territoriais. Essas diferenças ideológicas e territoriais contribuíram para um relacionamento diplomático distante e marcado por desconfiança. Apesar disso, tais questões históricas abriram caminho para futuras aproximações e cooperações, tema que será explorado no próximo tópico.

O início da República Velha no Brasil, a partir da proclamação da República em 1889, foi um marco importante para o fortalecimento das relações bilaterais com a Argentina. Esse período de reestruturação política e social no Brasil trouxe uma nova abordagem diplomática na América do Sul. Sob a influência do Barão do Rio Branco, o Brasil buscou opções estratégicas para estreitar a cooperação com os países vizinhos, incluindo a Argentina (Cervo, 2002).

A aproximação entre os dois Estados, nesta nova fase, é considerada como uma conduta prudente e natural, evidenciada no discurso do presidente Roque Saenz Peña (1910-1914), em visita feita ao Brasil em 1910, “tudo nos une, nada nos separa”. A figura do Rio Branco representava o rompimento com as tendências imperialistas na diplomacia brasileira, demonstrando ser um ator confiável para negociações e cooperações (Cervo, 2002).

A política externa de Rio Branco para os Estados vizinhos do Brasil visava aproximação diplomática e estabelecimento de cooperações. Ele acreditava que o bom relacionamento com estes Estados seria a melhor estratégia de solução de antigos conflitos. A Argentina é compreendida como um ator importante para o desenvolvimento da Política Externa na América do Sul e o rompimento do ciclo da rivalidade histórica entre os dois Estados seria necessário. O desafio a ser combatido seria através de transparência e de acordos de benefícios mútuos (Amorim, Eldman, 2012).

O pacto ABC surge como uma manobra de Rio Branco para articular com Argentina e o Chile, e desarranjar as questões fronteiriças, com o objetivo de trazer protagonismo das partes envolvidas no âmbito decisório, teria o intuito de fortalecer politicamente a autonomia regional (Cervo, 2002).

Segundo Celso Amorim:

Contribuiria para minimizar as oportunidades de intervenção estrangeira da América do Sul. [...] Ciente dos riscos e oportunidades colocados para o Brasil pelo sistema internacional, valia-se daquelas dinâmicas como forma de demonstrar a necessidade de coesão política (e mesmo militar) sul-americana (Amorim, Eldman, , 2012, p. 219).

As desconfianças com o Brasil ressurgiram quando o país se aproximou dos Estados Unidos, pois acreditava que essa relação poderia evoluir para um pacto para a promoção da liderança brasileira na América do Sul em troca de ser um aliado e porta-voz regional da doutrina Monroe. A Argentina também se via afetada pelas tarifas impostas pelo Brasil em suas exportações, já que os produtos americanos acabavam ganhando vantagens no mercado brasileiro (Cervo, 2002).

Segundo o autor Francisco Doratioto (2000), o governo brasileiro via na aliança com os Estados Unidos uma forma de fortalecer sua posição regional e ampliar sua influência, buscando vantagens econômicas e políticas que pudessem garantir sua hegemonia na região:

Rio Branco cultivava aproximação com os Estados Unidos para instrumentalizá-la para atingir objetivos próprios da política externa brasileira. Os Estados Unidos, por esse raciocínio, também teriam interesses nessa relação pelo mesmo motivo. As relações brasileiro-norte-americanas adquiriram, sob Rio x Burns. Não se trata, portanto, de submeter a política externa brasileira aos objetivos dos Estados Unidos (Doratioto, 2000, p.137).

Apesar da desconfiança e das tensões existentes em relação ao Brasil, é assinado o Tratado de Inteligência Política e Arbitragem, também conhecido como Pacto ABC, em 1915. Este tratado pretendia promover a paz e a resolução de conflitos entre os países envolvidos, nomeadamente Argentina, Brasil e Chile (Candeias, 2005).

Em 1916, a Argentina realizou sua primeira eleição universal e secreta para presidência, no processo, Hipólito Yrigoyen, da União Cívica Radical (UCR), foi eleito e modificou a Política Externa argentina, afastou-se do Brasil, desconsiderando as aproximações regionais e optou por isolar-se, com tendências nacionalistas, pautado na autonomia nacional (Candeas, 2010).

O presidente Hipólito Yrigoyen (1916-1922) defendia o princípio da igualdade entre as nações, e assim, rejeitou e não ratificou o Pacto ABC porque acreditava que daria a Argentina, Brasil e Chile uma posição privilegiada e injusta para os demais países do Cone Sul, preferindo abster-se do âmbito internacional, o que significou o estacionamento dos esforços de aproximação com o Brasil (Candeas, 2010).

O distanciamento perdurou até o governo de Agustín P. Justo (1932-1938), que se empenhou ativamente no diálogo com Getúlio Vargas (1930-1954), iniciando uma retomada das relações mais complexas, com a visita ao Rio de Janeiro em 1933. O objetivo seria de diversificar a agenda bilateral, respectivamente, buscando fortalecer as relações diplomáticas e econômicas (Candeas, 2010).

Assinaram diversos acordos, que culminou na necessidade de cooperação regional em face de desafios comuns, como foi o caso do Tratado Antibélico de não agressão e de conciliação, que mais tarde o Chile, o México e o Paraguai aderiram. As ações foram feitas para desenvolver uma compreensão que fosse benéfica para ambas as nações em termos de comércio, segurança e desenvolvimento regional (Candeas, 2010).

Agustín P. Justo estabeleceu as bases amistosas com Getúlio Vargas, no entanto, a proposta mais considerável de estreiteza foi na administração no segundo governo de Juan Domingo Perón (1946-1952) com a reedição do Pacto ABC, (Dalió, 2018). Em seu discurso em 11 de novembro de 1953, Peron discorre a importância e seu interesse na integração:

"La República Argentina sola, no tiene unidad económica; Brasil solo, no tiene tampoco unidad económica; Chile solo, tampoco tiene unidad económica; pero estos países unidos conforman quizá, en el momento actual, la unidad económica más extraordinaria del mundo entero, sobre todo para el futuro, porque toda esa inmensa disponibilidad [matérias-primas] constituye su reserva. Estos son países reservas del mundo" (Perón, 1973: 100).

A proposta é recebida por Getúlio Vargas de forma positiva, mas, oficialmente, não assina o novo Pacto ABC. Existiam dúvidas sobre as verdadeiras intenções do peronismo em relação à integração, deixando o líder argentino frustrado, acusando o Itamaraty de ser uma instituição imperialista e centralizada nos anseios estadunidenses (Dalio, 2018).

As declarações feitas por Perón são de imputação:

"Deve-se demonstrar todo sistema do Itamaraty e devem desaparecer as excrescências imperiais que constituem, mais que nenhuma outra razão, os principais obstáculos para que Brasil entre em uma união verdadeira com a Argentina" (Lanús, 1984, p.31).

A explicação do não aceite de Vargas está na preferência de salientar circunstâncias políticas internas em que é notada a necessidade de equilibrar diversos interesses da política brasileira, assim como demonstra Cervo (2007):

Sabia-se que Vargas tinha fortes simpatias pela ideia integracionista de Perón, mas que não agia por estar preso, por um lado, ao exercício da democracia representativa, que envolvia então o respeito por uma oposição radicalmente antiperonista e, por outro, à necessidade de não hostilizar os Estados Unidos, de onde advinham empréstimos e investimentos destinados à modernização do país (Cervo, 2007, p. 124).

As relações bilaterais entre os gigantes sul-americanos na década de 1970 retrocedeu com o abandono da cordialidade que vinha sendo implantado desde de Rio Branco e com a ascensão dos militares ao poder, período diplomático particularmente marcado pela tensão e desconfianças das ditaduras vigentes, protagonizando enfrentamentos entre tomadores de decisões que regionalizam as tendências da segurança internacionais em suas estratégias de desenvolvimentos e políticas externas (Camargo, 1986).

### 3 Aproximação pelo setor nuclear

Durante as décadas de 1960 e 1970, a segurança internacional esteve fortemente ligada ao debate sobre a criação de projetos nucleares nacionais, uma vez que as relações internacionais foram profundamente afetadas pelos eventos catastróficos de Hiroshima e Nagasaki. O potencial das armas nucleares, demonstrado nesses episódios, trouxe à tona a preocupação com o perigo de destruição em massa, tornando o controle e a regulação desses programas dos debates das agendas internacionais (Marinho 2017).

A compreensão do poder destrutivo das armas nucleares levou a uma crescente discussão em diversos fóruns internacionais, culminando na imposição de um regime internacional voltado para o controle e transparência, resultando no Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) em 1968 (Le Guelte, 2005).

A Argentina e Brasil não ratificaram o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), com a justificativa de ser um instrumento de sistematização desigual do mundo, prejudicando o desenvolvimento individual de cada nação, e que poderia inibir os repetitivos planos de capacidade nuclear e também se acreditava que o tratado não seria capaz de impedir que os Estados membros caminhassem para o uso bélico da técnica atômica (Guimarães, 2007).

A posição dos seus governantes de não ratificação do TNP se sustentava na autonomia de sua própria capacidade de desenvolvimento, conectada com suas próprias convicções de segurança nacional, que por outro lado, fazia parte das táticas de angariar notoriedade e inserção externa (Cervo, 2007). Decisão que Vargas descreve como: “uma visão autonomista quanto à utilização da energia atômica” (Vargas, 1997, p.44).

A crescente nuclearização, com o tempo se tornou uma competição que foi fomentada pela rivalidade histórica entre Argentina e Brasil, que se somava com as hostilidades dos governos militares, e foi observada atentamente pela comunidade internacional, com a dúvida de uma possível corrida armamentista em nível nuclear na América Latina (Marinho, 2017).

A Argentina era a nação mais à frente, com sua própria produção de urânio e construção de usinas nucleares. Em 1950, criou a Comissão de Energia Atômica, através do decreto de Juan Perón, que avançava na construção da nacionalização do controle energético e científico (Oliveira, 1996).

O programa nuclear do Brasil ganhou impulso no Governo Geisel (1974-1979), com a preocupação da liderança da Argentina. Culminou no acordo de 1975 com a Alemanha Ocidental, importando conhecimento e compra de oito reatores e de material enriquecido com urânio (Oliveira, 1998). Um fator que contribuiu foi o entendimento do governo brasileiro de que a Argentina já estaria produzindo sua própria bomba atômica (Grabendorff, 1988). O processo de aproximação com a Alemanha Ocidental aconteceu de forma indireta e informal, através do contato científico e compartilhamento de discussões acadêmicas e visitas informais de pesquisadores (Físicos, 1986).

A declaração do Iguazu (1979) foi o impulso necessário para o desencadeamento de uma série de acordos com a Argentina que, gradativamente, foram instrumentalizados e estruturados para a consecução do programa de integração (Oliveira, 1996). O tratado foi resultado das colaborações energéticas na hidrelétrica do Paraná, sendo um esforço político de ambas as partes para consolidar e desenvolver a ideias democráticas, a estabilidade econômica e a promoção da integração comercial, como uma estratégia regional (Vaz, 2002). A formalização integracionista veio com a assinatura da Ata de 26 de julho de 1986 que institui o Programa Cooperação econômica Argentina-Brasil (PICAB) que segundo Oliveira:

Também conhecido como PICAB. A partir desse marco formal, foram assinados 22 protocolos ao longo dos anos 1986-1988, abrangendo um conjunto variado de providências, entre outras: aprofundamento das preferências tarifárias, estímulo à formação de empresas binacionais, criação de comitês em áreas de fronteiras, acordos de cooperação científico-tecnológica, nuclear e aeroespacial, projetos setoriais integrados de abastecimento alimentar, de bens de capital, etc (Oliveira, 1996, p. 131).

No âmbito internacional, os principais tomadores de decisões das nações do mundo pressionavam os dois Estados por transparência e temiam que a finalidades dos respectivos programas não fosse de fins pacíficos, porém, o receio foi aos poucos se dissipando quando ao início da década de 1980, começaram a dar sinais de cooperação energética e científica (Oliveira, 1996).

Em 1980, os presidentes João Figueiredo e Jorge Rafael Videla, concordaram em partilhar conhecimentos técnicos, científicos e ainda materiais, sendo firmado o Acordo de Cooperação para Desenvolvimento e Aplicação de usos Pacíficos de Energia nuclear, oficializando o trabalho em conjunto (Oliveira, 1996). O movimento de redemocratização fortaleceu a relação e influenciou a reformulação do setor energético, e correlaciona com a pressão da comunidade internacional, resultando na mudança



estratégica para o uso pacífico e científico, aproximando a cooperação Argentina-Brasil (Teixeira, 2007).

A nova postura dos governos foi acompanhada por uma tendência de integração econômica de projeção internacional, verificada na fala do então presidente do Brasil em 1985, José Sarney:

“[...] chegamos a conclusão de que isoladamente, nossos países pouco ou nada irão mudar na ordem mundial, juntos, ao contrário, haveremos de saber influir gradativamente nas decisões internacionais sobre as questões que nos interessam diretamente (Sarney, apud Vagas, 1997, p 49).

A cooperação nuclear parte mais da tentativa de Brasília e Buenos Aires de acalmar as pressões externas, a ideia principal era do autocontrole de seus materiais, sem intervenções de nações estrangeiras (Oliveira e Canto, 2014).

Según algunas interpretaciones, fueron muy útiles en la construcción del clima de cooperación, no sólo la percepción de beneficios mutuos como consecuencia de la sinergia de esfuerzos, sino también el hecho de que los programas nucleares de ambos países generaban un clima de desconfianza en la comunidad internacional, motivado por la preocupación por la proliferación nuclear. Esta situación comenzó a provocar serias dificultades para el desarrollo de las actividades nucleares de ambos países (Oliveira e Canto, 2014, p. 2).

A Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) foi criada em 1990 e protocolizada em agosto de 1991, atribuindo-se a modificação do entendimento da relação da Argentina e Brasil, viabilizando a junção de seus objetivos comuns no departamento, e é considerada um sucesso em seus desígnios. Contribuiu para instauração de anseios de integração entre as duas nações, que serviu de base para a criação do Mercosul (Oliveira, 1999).

O princípio da ABACC é simplificar o canal de comunicação para negociadores, de maneira que estabeleçam a confiança mútua, assim seguindo a função de conduzir o intercâmbio de dados. O acordo promove visitas técnicas em ambas as instalações, contribui para que os recursos sejam utilizados para fins pacíficos e endossa a segurança regional, além de visar a articulação com outras nações interessadas na cooperação energética (Oliveira e Canto, 2014).

O êxito em promover a cordialidade entre os dois atores desta agência bilateral, pode ser explicada pela teoria funcionalista que entende que quando Estados soberanos colaboram em funções bem delimitadas, pode criar estabilidade e extinguir a possibilidade de confrontos bélicos.

A corrente funcionalista foi desenvolvida por David Mitrany em 1943, na obra: *A working peace system: an argument for the functional development of international*

*organizations*, que com bases teóricas do internacionalismo liberal. O objetivo era descobrir como eliminar os conflitos causados pela desconfiança mútua e como seria possível estabelecer a paz nas relações internacionais (Silva, 2013).

O argumento de Mitrany defende que o amadurecimento das conexões interestatais seria melhor estruturadas através das organizações internacionais com objetivos bem delimitados, sendo capaz de intermediar os Estados em cooperações técnicas e burocráticas, visto que, quanto mais tais relações se distanciar da política externa do nacionalismo das partes e se concentrarem na própria instituição, maior a possibilidade de criar um ambiente de unidade e de interdependência (Malamud, 2011).

A teoria funcionalista defende que os Estados transferem parte de sua soberania para as Organizações Internacionais, em razão de que as questões técnicas e específicas são melhores desempenhadas de forma arbitrária e assim se pode executar cooperação eficaz e minimizar conflitos (Sarfati, 2005). Como se pode ilustrar a aproximação de dois Estados de rivalidades políticas históricas, como é o caso do Brasil e da Argentina por meio da ABACC e posteriormente pelo Mercosul, dado que a relação perde as motivações de disputas e adota uma postura mais colaborativa.

A década de 1990 também é marcada pela inauguração de um sistema multilateral de comércio internacional mais acelerado e globalizado, despertando a urgência da colaboração entre Argentina e Brasil, e fatores externos pressionavam a modernização das economias como Doratioto (2014) exemplifica:

[...] No plano externo, havia a perspectiva de fracasso da Rodada Uruguai do GATT, o que enfraqueceria o sistema multilateral de comércio e, ademais, em junho também de 1990, o governo norte-americano havia anunciado o programa Integração para as Américas, de abertura de mercados entre os países latino-americanos, que colocaria em questão o Mercosul. A convergência desta nova realidade com a necessidade de modernizar rapidamente as economias brasileira e argentina resultou na assinatura da Ata de Buenos Aires por Collor e Menem (Doratioto, 2014, p. 165-166).

A apreensão de não alcançar acordos na Rodada do Uruguai do GATT, combinada com o anúncio dos EUA de abrir um mercado comum na América, despertou preocupação com a possibilidade de prejudicar o crescimento dos mercados internos do Cone Sul. A alta competitividade das empresas estadunidenses servia como impulso para a reformulação econômica do Brasil e da Argentina, o que significou a formalização de um acordo com os presidentes Collor e Menem, dando abertura para a assinatura da Ata de Buenos Aires (Doratioto, 2014).

A dívida externa acumulada na década anterior, evidenciou o esgotamento do modelo antigo para política externa para a macroeconomia, em razão da necessidade de

inovação, que se chega até a Ata de Buenos Aires que representou o abandono da rivalidade Argentina-Brasil e adoção de um projeto compartilhado de inserção no novo sistema global com o estabelecimento do mercado comum (Rêgo, 1995).

O protagonismo da relação Bilateral Argentina-Brasil condicionou acordos que se ampliaram até Uruguai e Paraguai, pela sua forte influência histórica na Bacia da Prata, o que culminou, no ano de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção, criando o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) (Crus, 2016).

A combinação de fatores, como a emergência de relações comerciais e financeiras internacionais nos anos 1990, as crises inflacionárias que afetaram tanto o Brasil quanto a Argentina nesse período, e o êxito das negociações do ABACC para incentivar a cooperação na área nuclear, contribuíram para superar as discrepâncias na história diplomática dos dois países, em prol de interesses em comum. Esses elementos estimularam ramificações que influenciaram as elites decisórias de ambos os países na procura de uma integração econômica e comercial, resultando na assinatura do Tratado de Assunção.

Esse processo de integração pode ser analisado sob a perspectiva da teoria neofuncionalista de Ernst Haas (2004), que sugere que os efeitos das interações políticas e econômicas iniciais entre nações podem "transbordar" para a sociedade, criando novos impulsos para a integração. De acordo com Haas, essa transferência ocorre quando as interações e compromissos entre os Estados criam uma dinâmica própria que atrai novos setores e grupos sociais, aumentando a vontade de cooperação regional e fornecendo o suporte interno necessário para manter e apoiar (Pinto, 2007).

Os motivos pelos quais os Estados buscam a integração regional podem ser influenciados pela segurança e pelo progresso econômico. De acordo com Ernst Haas, a integração é parte de um impulso que geralmente vem da burocracia e gradualmente se estende para a sociedade, em um processo conhecido como *spillover* ou transbordamento (Salas, 2002).

À medida que o processo de integração avança, ele atrai novos atores e setores relevantes, proporcionando estímulos constantes que reforçam o compromisso com a integração. De acordo com Haas, esse fluxo gera uma dinâmica própria, na qual o êxito em uma área de cooperação gera novas demandas de integração em outras áreas, consolidando o movimento e promovendo uma identidade regional que transcende os interesses nacionais em prol de uma identidade regional (Santo, 2007).

## 4 Conclusão

Desde o início do século XIX, as relações entre Brasil e Argentina foram caracterizadas por desconfiança e conflitos acirrados devido a diferenças ideológicas, disputas territoriais e interesses políticos divergentes. Este cenário, exemplificado pela oposição da Argentina ao expansionismo do Brasil Império, levou ao distanciamento diplomático, a oscilações diplomáticas até a transição para o republicanismo. Líderes como o Barão de Rio Blanco e Domingos Perón destacaram-se na história desses dois países como grandes promotores da cooperação regional (Cervo, 2002).

Este desenvolvimento demonstrou a importância da diplomacia em promover uma perspectiva pragmática e cooperativa, lançando assim as bases para as atuais relações entre os Estados. Afinal, o desenvolvimento histórico dos dois países sul-americanos enfatiza a sua interdependência e a necessidade de esforços conjuntos para melhorar a segurança e o desenvolvimento regional, tornando-os mais integrados e influentes na arena internacional, reconhecendo o potencial para fortalecer a América do Sul (Candeas, 2005).

O progresso da cooperação nuclear entre o Brasil e a Argentina, que começou com desconfiança e rivalidade na corrida nuclear, transformou-se numa das bases mais sólidas para a aproximação e a integração regional. Devido à pressão global e à consciência do impacto potencial de uma guerra nuclear, ambos os países adotaram iniciativas de transparência e de cooperação técnica que culminaram na criação da ABACC em 1991. Esse esforço conjunto não apenas consolidou a confiança mútua em relação ao uso pacífico da tecnologia nuclear, mas também impulsionou o progresso da integração econômica e da política regional (Oliveira, 1999).

O êxito da Agência Brasileira-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e a assinatura de acordos como o Programa de Integração e Cooperação Econômica Argentina-Brasil (PICAB) e o Tratado de Assunção, que deu origem ao Mercosul, ilustram como a cooperação funcional defendida por Mitrany (1943) pode transformar a desconfiança em estabilidade. Assim, o comprometimento com o diálogo e com os interesses regionais em comum permitiu que Brasil e Argentina abandonassem suas rivalidades e estabelecesse uma aliança estratégica que os colocasse numa posição mais competitiva no cenário internacional.

A teoria do spillover de Ernst Haas (2004) pode ser aplicada à integração da Argentina e do Brasil no Mercosul ao ser considerada como a primeira colaboração no

setor nuclear, facilitada pela criação da ABACC. Isso gerou um processo de cooperação mais amplo e multifacetado entre os dois países. A aplicação da Teoria do Spillover e a cooperação inicial no setor nuclear foi um marco na construção da confiança mútua entre o Brasil e a Argentina. O êxito dessa organização em assegurar a transparência e a proteção na administração de materiais nucleares ajudou a dissipar dúvidas históricas e preocupações internacionais em relação ao controle nuclear na América Latina. Essa cooperação técnica inicial criou um clima propício para o diálogo e a cooperação em outras áreas.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Celso; FELDMAN, Luiz. **O Brasil em um ciclo maior: A Atualidade do Barão de Rio Branco**. Em Barão do Rio Branco: 100 anos de Memória. Brasília: FUNAG, 2012.

CANDEAS. Alessandro Warley, **Relações Brasil-Argentina Uma Análise dos Avanços e Recursos**. **Revista Brasileira de Política Internacional**. V. 48 (I), p 178-213, 2005.

CANTO, Odilon Antonio Marcuzzo do. **O Acordo Bilateral Argentina-Brasil na Área Nuclear**. In: **VIEIRA, Gustavo Oliveira (org.). 30 anos MERCOSUL: Caminhos e Possibilidades**. Curitiba: Instituto Memória Centro de Estudos da Contemporaneidade, 2021.

CAMARGO, Sonia de. “Caminhos que se juntam e se separam: Brasil e Argentina, uma visão comparativa”. **Política e Estratégia**. São Paulo, v.4, n.3, jul./set. 1986, p.374-404.  
CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**, 1. ed. Brasília: EdUnB, 2002.

\_\_\_\_\_. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

\_\_\_\_\_. **História da Política Exterior do Brasil**, 3. ed. Brasília: EdUnB, 2009.  
DALIO, Danilo J. **O Pacto ABC e o governo Vargas (1951-1954)**, Formosa, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, 2018.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. A política platina do Barão do Rio Branco **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 2, p. 130-149, dez. 2000.

\_\_\_\_\_. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. 2. ed. Brasília: Funag, 2014.

\_\_\_\_\_. Poder naval e Política externa do Império do Brasil no Rio da Plata (1822-1852), **Revista Navigator**, 2016.

CRUS, Dayana Aparecida Marques de Oliveira. **O Tratado de Assunção e seus Protocolos Adicionais: Uma Breve Análise sobre a Integração Regional no Mercosul**, Campo Grande, VI Seminário Internacional América Platina, 2016.

FÍSICOS, “argentinos e brasileiros repudiam projetos nucleares”. Folha de S. Paulo. São Paulo, 10 out. 1986, p.5.

FLORIA, Carlos Alberto e BELSUNCECOM. César A. Garcia, **Historia de los argentinos**. Lausse, Buenos Aires, edições B, 2004.

GRABENDOFF, W. O Brasil e a não-proliferação nuclear: **Política Estratégica**, São Paulo, v.6, n. 2, abr/jun, p. 272-311, 1988.

GUAZZELLI, Cesar A. Barcellos. **Regiões - Províncias na Guerra da Tríplice Aliança**, Topo, v.10, n19, jul-dez. 2009.

GUIMARÃES, Samuel P. **Quinhentos Anos de Periferia: Uma Contribuição ao Estudo da Política Internacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

HAAS, Ernst B. **The Uniting of Europe: Political, Social, and Economic Forces, 1950-1957**. Notre Dame, Indiana, EUA, University of Notre Dame Press, 2004.

HIRST, Mônica. **Vargas-Perón y las relaciones Brasil-Argentina**. Buenos Aires: FLACSO, 1985.

LANÚS, J. Archibaldo. **De chapultepec a Beagle. Política exterior argentina 1945-1980**. Buenos Aires: Emecé, 1984.

LE GUELTE, Georges. **Sessenta anos de Armas Nucleares. Le monde Diplomatique Brasil**, 2005. disponível em: <<https://diplomatie.org.br/sessenta-anos-de-armas-nucleares/>>. acesso em 10 de set. 2024.

MARINHO, Jonas Teixeira. **Da Corrida Atômica à Cooperação: Questão Nuclear Nas Relações Brasil-Argentina**, Porto Alegre, Rev. Conj. Aust, v.8, n.41,p.39-57,abr./mai. 2017.

MALAMUD, Andrés. Conceptos, teorías y debates sobre la integración regional .Norteamérica. **Revista Académica** del CISAN-UNAM. vol. 6, n.2, julio-diciembre, 2011.

PERÓN, Juan D. **Latinoamérica: ahora o nunca**. Buenos Aires: Ed. Argentinas 1973.

RÊGO, Elba Cristina Lima. Processo de Integração no Mercosul, **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, V.2, N.3, Jun. 1995.

PINTO, Maria do Céu. Contributos das Teorias das RI para o estudo das Organizações Internacionais e da Integração Regional. **Relações Internacionais**, Lisboa, nº 16, p. 85-101, dezembro de 2007.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. **A América do Sul no discurso diplomático brasileiro**, 2014.

- SANTOS, Victor Marques dos. **Introdução à Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, 2007.
- SALAS, Graciela R. El principio de reciprocidad en los procesos de integración. In: CLÉMENT, Zlata Drnas de (Coord.). **Estudios de Derecho Internacional** en Homenaje al Profesor Ernesto J. Rey Caro, Córdoba, Drnas-Lerner, p. 1399-1409, 2002.
- SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005
- SENA. Caroline R. Rodrigues, RODRIGUES. Kamila Dalbem, SILVA. mariana da, As Motivações Brasileiras na Guerra da Cisplatina, **Revista Perspectiva**. v. 06, p. 63-76, 2011.
- SILVA, Karine de Souza. Organizações internacionais de integração regional: União Europeia, Mercosul e Unasul. Florianópolis: Ed. da UFSC; **Fundação Boiteux**, 2013.
- OLIVEIRA, Antonio A. CANTO, Odilon Marcusso Do. ABACC, Un Ejemplo de Integración y Transparencia. Rio de Janeiro: **ABJR**, 2014.
- OLIVEIRA, Odete Maria de. **Integração Nuclear Brasil-Argentina: uma estratégia compartilhada**. Florianópolis: UFSC, 1996.
- \_\_\_\_\_. **A integração bilateral Brasil- Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília: Volume 41, n. 1, ISSN 1983-3121, p.5-23, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Descaminhos do Brasil Nuclear**. UNIJUÍ, Rio Grande do Sul, 1999.
- TAMAE. Rafael da Fonseca, **A Política Externa do Brasil Império e a Guerra Contra Oribe e Rosas: Um Estudo Sobre o debate político na intervenção de 1851**. universidade de São Paulo, 2020.
- TEIXEIRA, Démia B. **A influência dos EUA sobre a adesão brasileira ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP)**. 2007. 169 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- SPECTOR, L. S.; SMITH, J.R. **Nuclear Ambitions: The Spread of Nuclear Weapons 1989-1990**. Boulder, Colorado: Westview Press. 1990.
- VAGAS, Everton V. **Átomos na Integração: Aproximação Brasil-Argentina no Campo nuclear e a Construção do Mercosul**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, V.40, N.1, Jan./Jun., 1997.
- VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, Integração e processo negociador: a construção do Mercosul**. Brasília:FUNAG, 2002.

## **Agradecimentos**

A realização deste trabalho representa um momento especial na minha vida acadêmica, e é fruto do apoio e incentivo de pessoas importantes para mim.

À minha mãe, Gercina Julia, minha eterna inspiração, pelo amor incondicional e por me ensinar a nunca desistir dos meus sonhos. Ao meu avô, Olavo, por sempre acreditar em mim e por me apoiar nesta fase da minha vida.

Agradeço também ao meu orientador, Filipe Reis, pela parceria, paciência e pelas orientações valiosas que foram fundamentais para que eu concluísse este trabalho.

Finalizo com a frase de J.K. Rowling que me inspirou por todos esses anos que estive lutando para chegar a este momento: “Todos nós temos luz e trevas dentro de nós. O que importa é o lado no qual escolhemos agir. Isso é o que realmente somos.”